



PRH-BIG

PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA REGIÃO
HIDROGRÁFICA DA BAÍA DA ILHA GRANDE

PMS

PROGRAMA DE
MOBILIZAÇÃO
SOCIAL

OUTUBRO - 2018

Rio Mambucaba,
Parque Mambucaba,
divisa dos municípios
Angra dos Reis e Paraty - RJ

Apoio:



Acompanhamento:



Execução:



Realização:





APRESENTAÇÃO

O presente documento consiste no Programa de Mobilização Social, elaborado pela Profill Engenharia e Ambiente S.A., para a execução técnica da ELABORAÇÃO DO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DA ILHA GRANDE (PRH-BIG), pertencente à Região Hidrográfica I do Estado do Rio de Janeiro.

O PMS tem por base a proposta técnica apresentada no processo licitatório realizado junto ao INEA e está orientado de modo a atender o termo de referência e a Lei Nº 9.433/97, a Resolução do CNRH Nº 145/2012 e a Lei Estadual Nº 3.239/99, considerando o conteúdo legalmente exigido e as especificidades da RH-I.

Outubro de 2018



Sumário

1. INTRODUÇÃO	7
1.1. Aspectos gerais.....	7
1.2. Oficina de resgate do potencial mobilizador do Comitê e pré-desenho das atividades do Programa de Mobilização Social.....	11
2. OBJETIVOS	13
3. JUSTIFICATIVA	14
4. CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL	15
5. ASPECTOS INSTITUCIONAIS	21
6. ESTRATÉGIAS, ATIVIDADES E PÚBLICOS	25
6.1. Estratégias de ação.....	25
6.1.1. Reforço do protagonismo do Comitê	25
6.1.2. Divisão da RH-I em sete zonas de participação	26
6.1.3. Formação de uma rede participativa	28
6.1.4. Resgate dos participantes de atividades anteriores vinculadas com recursos hídricos	28
6.1.5. Material técnico produzido e resultados de participação	31
6.1.6. Lideranças rurais identificadas durante o CAR.....	31
6.1.7. Mobilizadores Locais.....	31
6.2. Atividades e Públicos	32
6.2.1. Pré-Identificação de locais e datas para as atividades	33
6.2.2. Banco de dados de contatos.....	36
7. ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
APÊNDICES	40
Apêndice 1 - Relatório da Oficina de resgate do potencial mobilizador do Comitê e pré-desenho das atividades do Programa de Mobilização Social.....	41



Lista de Figuras

Figura 7.1 - Roteiro de Atividades	38
--	----

Lista de Quadros

Quadro 4.1 - Comunidades Tradicionais, Terras Indígenas e Quilombos na RH-I.....	18
Quadro 5.1 - Pré-identificação de instituições para a formação e consolidação da matriz institucional - PRH-BIG.....	24
Quadro 6.1 - Atividades participativas desenvolvidas no contexto da RH-I (2011-2017)	29
Quadro 6.2 - Quadro de atividades e agenda dos eventos.....	34
Quadro 6.3 - Quadro das atividades de capacitação e treinamento.....	35

Lista de Mapas

Mapa 4.1 - Comunidades tradicionais	19
Mapa 6.1 - Zonas de Mobilização.....	27

Lista de Siglas

AGEVAP - Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul

ANA - Agência Nacional de Águas

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CBH-BIG - Comitê de Bacia da Região Hidrográfica da Baía da Ilha Grande

CEFET/RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

CNARH - Cadastro Nacional de Recursos Hídricos

CODEL - Comitê de Defesa do Litoral do Estado do Rio de Janeiro

COMDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Paraty

COMTUR - Conselho Municipal de Turismo



CMUMA - Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Angra dos Reis

CONEMA Conselho Estadual de Meio Ambiente

COPRON - Comissão e Coordenação da Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro de 2017

CZEE - Comissão do Zoneamento Ecológico-Econômico e Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro do Estado do Rio de Janeiro

EMATER-RJ - Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro

FADUC - Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão Deputado Último de Carvalho

FCT - Fórum de Comunidades Tradicionais

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

FIPERJ - Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro

FFCBH - Fórum Fluminense de Bacias Hidrográficas

GERCO - Gerenciamento Costeiro do Estado do Rio de Janeiro

GTA - Grupo Técnico de Acompanhamento

GT-ZEEC - Grupo de Trabalho do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro da Região Hidrográfica da Baía da Ilha Grande

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Inea - Instituto Estadual do Ambiente

INEPAC - Instituto estadual do Patrimônio Cultural -

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

KPI - Key Performance Indicator

MIV - Manual de Identidade Visual

MMA - Ministério do Meio Ambiente

OTSS - Observatório Território Saudáveis e Sustentáveis

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAM - Plano de Auxílio Mútuo da Costa Verde

PCS - Plano de Comunicação Social



PERHI-RJ - Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro

PMS - Programa de Mobilização Social

PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico

PRH-BIG - Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica da Baía da Ilha Grande

PT - Plano de Trabalho

RH-I - Região Hidrográfica I (Região Hidrográfica da Baía da Ilha Grande)

RJ - Estado do Rio de Janeiro

SAAE - Serviço Autônomo de Captação de Água e Tratamento de Esgoto de Angra dos Reis

SEA - Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro

SEAPEC - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Rio de Janeiro

SEDEIS - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços

SEDRAP - Secretaria de Estado Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca

SEGRHI - Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

SEMAM - Secretaria Municipal do Ambiente de Paraty

SIG - Sistema de Informações Geográficas

SM - Salários mínimos

TDR - Termo de Referência

TurisAngra - Fundação de Turismo de Angra dos Reis

TPAR - Terminal Portuário de Angra do Reis

UC - Unidade de Conservação

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

ZEEC - Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro do Estado do Rio de Janeiro

ZEE-RJ - Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Rio de Janeiro



1. INTRODUÇÃO

1.1. Aspectos gerais

O Programa de Mobilização Social (PMS) para a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica da Baía da Ilha Grande (PRH-BIG) é considerado como um elemento estratégico, que visa incentivar e ampliar a participação social e institucional na realização do plano e na futura gestão dos recursos hídricos da RH-I.

As atividades participativas para a realização do PRH-BIG têm como uma das suas metas a "integração" entre a produção do conhecimento técnico e o conhecimento social relativos aos recursos hídricos da RH-I (Região Hidrográfica Baía da Ilha Grande - BIG), uma integração que possibilite, através do princípio participativo, a incorporação de demandas sociais, institucionais e setoriais no PRH-BIG, de modo a realizar na prática a descentralização no planejamento e na gestão dos recursos hídricos. A busca por uma prática de planejamento e gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos é garantida em legislação estadual (Lei 3.239 de 1999, da Política Estadual de Recursos Hídricos do RJ) e federal (Lei 9.433 de 1997 que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos).

Nesse contexto formal e institucional, e em função de sua proximidade com a sociedade "real" da bacia, os comitês assumem centralidade estratégica, pois os comitês, ao mesmo tempo que são espaços/fóruns abertos à sociedade da bacia hidrográfica que está mobilizada, exercem e representam a mobilização social ou os interesses coletivos em torno dos recursos hídricos da respectiva bacia ou região hidrográfica. É relevante apontar que, dentre outras prerrogativas dos comitês, estão aquelas relacionadas a: dirimir conflitos em relação aos recursos hídricos em âmbito local; estabelecimento de regras e critérios de instrumentos de gestão como, por exemplo, a cobrança pelo uso da água; rateio dos custos para a gestão da bacia; e aprovação e apresentação para submissão de aprovação final aos conselhos estaduais e federais de um plano de gestão para a bacia.

Se por um lado o Comitê possui prerrogativas para a tomada de decisão em relação à aprovação do PRH-BIG, por outro lado compete a ele ampliar a participação social em torno das questões relativas aos recursos hídricos. Portanto, a descentralização e participação social no Sistema de Recursos Hídricos passa pelo protagonismo do Comitê de Bacia e pelo reconhecimento de que a formação do Comitê é um ato de Mobilização Sociopolítica. Além disso, esta formação pode ser considerada como um ponto de partida para uma tentativa de ampliação da participação social em torno da temática dos recursos hídricos.

A comunicação e a (re)mobilização social são os instrumentos através dos quais o Comitê irá buscar a ampliação da participação social no processo de elaboração do PRH-BIG e futura



gestão da RH-I. Para o funcionamento de um Comitê, é necessário que o processo de mobilização sociopolítica ocorra de forma constante. Já no contexto do planejamento e gestão dos recursos hídricos, faz-se necessária a busca e criação de espaços que possibilitem a ampliação da participação social para além das instituições e setores sociais já representados nos comitês. Além destes, é necessário criar instrumentos visando ao aprimoramento do diálogo entre os representantes e atuantes no Comitê e os seus representados. Desta forma, fortalece-se a legitimidade para a tomada de decisão, em um cenário configurado por múltiplos interesses sociais e econômicos relacionados à disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos.

A esses interesses somam-se aqueles representados pelas questões socioambientais que apresentam interfaces com a sustentabilidade do meio ambiente (ecossistêmica), não exatamente por demanda de água. Desse modo, para uma eficiente gestão dos recursos hídricos, é necessário trabalhar e reforçar as transversalidades institucionais e sociais, com foco nos recursos hídricos. Integrar, negociar, pactuar, definir demandas entre os diferentes campos sociais com ações práticas, complementares ou eventualmente com pressão, sobre os recursos hídricos da RH-I.

O desafio para a ampliação da participação social e institucional, de forma mais acentuada no PRH-BIG, é duplo. De um lado tem-se a participação cidadã e, de outro, a articulação institucional. Enquanto a integração institucional, pela natureza e pelos papéis políticos sociais a serem desempenhados, se caracteriza, pela menor ou maior agilidade na construção de, por exemplo, um espaço permanente de interlocução, a participação cidadã - nos casos em que o problema objeto de participação não toca as pessoas ou não é, de imediato, percebido como algo estruturador do cotidiano a uma adequada condição de vida - depende de um processo de esclarecimento e sensibilização que demanda estratégias permanentes e de longo prazo. Sabe-se que é a partir do plano que os movimentos sociais podem se instrumentalizar de forma mais objetiva para, no tempo e espaço adequado, trabalharem suas demandas. No âmbito do processo previsto de ampliação da participação social e institucional para a realização do PRH-BIG, estão programados encontros regionais com esse propósito de sensibilizar à sociedade para a importância do planejamento e gestão dos recursos hídricos.

No tocante à articulação institucional no/para o PRH-BIG, está colocado um desafio não só em relação às questões de quantidade-qualidade *versus* demandas atuais e futuras pelos recursos hídricos, sob uma ótica da sustentabilidade ambiental, mas também de integração com o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro (ZEEC) em processo de elaboração. Uma integração que, pela presença de representantes de unidades de conservação, de instituições ligadas à pesca, comunidades tradicionais, turismo, produção sustentável no setor primário, indústria de energia, petróleo e gás e do poder público no âmbito do Comitê, pode ser



denominada de baixa complexidade no que diz respeito à articulação (estrutura de uma matriz institucional) e respectiva capacidade de diálogo institucional. Como será demonstrado na abordagem sobre os aspectos institucionais, já ocorre, a partir do Comitê BIG, com a experiência do ZEEC, uma articulação institucional no contexto da RH-I. O ponto chave para realização do PRH-BIG está muito mais na retomada de rede, já em interação no território, do que no mapeamento e estruturação de uma rede específica para o PRH-BIG.

A divisão esquemática entre participação social cidadã e a institucional não invalida o ponto comum entre todos os objetivos/desafios grifados anteriormente e os até aqui apresentados. A qualidade e/ou desempenho desses objetivos/desafios estão diretamente relacionadas à cultura sociopolítica e à "qualidade" democrática em uma dada sociedade, ou seja, ao estado da arte da relação sociedade-estado. É na estruturação, sempre histórica, da relação sociedade-estado que teremos mais ou menos participação sociopolítica frente aos desafios de ordem coletiva. O ponto aqui é ressaltar para o fato de que a noção de participação social não assume significados idênticos a todos os atores e instituições sociais, pois tais significados estão diretamente atrelados ao momento histórico. A "participação" não é um "*remédio milagroso*" para a questão da legitimidade de ação do estado na formulação de políticas e projetos públicos, nem uma ação pontual, e sim um processo de contínua atuação e melhoramento.

A ocorrência de participação social requer, em primeiro lugar, espaço político nas estruturas de poder de uma sociedade. Também é preciso atentar para o fato de que as práticas de participação social sofrem modificações ao longo dos tempos. Podemos, genericamente, dizer que da assembleia em praça pública, fóruns, instâncias intermediárias, orçamentos participativos, até a participação em redes digitais ou a chamada participação política *online* nas democracias liberais, a questão da participação sempre foi objeto de intenso debate quanto a seus resultados e diferenças qualitativas, relativas aos meios e a capacidade de participar (GOMES, 2011). O importante é atentar, para não cair na ilusão do automatismo conceitual (o conceito faz as coisas acontecerem), de que participação social é, também, um processo, de lutas e conquistas sociais, isto é, depende da vontade, disponibilidade e interesse primeiramente de um grupo, agentes sociais produtores da causa e, ao mesmo tempo, da ampliação desse grupo, ou seja, a busca dos outros sujeitos e instituições.

Como aponta Pedro Demo (1996), participação sociopolítica ou simplesmente social é conquista e não algo simplesmente oferecido. Uma participação atribuída pode ser mero paternalismo/manipulação e torna-se a antiparticipação. É precisamente nesse ponto que se faz necessário reforçar que é através e no Comitê BIG que demandas e sentidos polissêmicos, setoriais ou não, sobre os recursos hídricos da RH-I aparecem e devem ser "trabalhados". Em sentido figurado, o Comitê é a bacia e, em sentido prático, espaço de mediação dos diferentes



interesses sociais sobre as águas da mesma.

Em relação especificamente ao CBH-BIG, cabe mencionar que há poucos representantes da sociedade civil no Comitê, compostos por membros de universidades. Este retrato dá indícios da invisibilidade das questões sociais atribuídas aos recursos hídricos e da sua participação nesse meio, e denota a importância de um olhar atento para incluir os fóruns e grupos locais da sociedade civil que atuam nesse segmento.

O presente PMS se insere nesse cenário marcado pelas diretrizes dos sistemas nacional e estadual de gerenciamento de recursos hídricos, pela função sociopolítica - mobilizadora, descentralizadora, articulação institucional - do Comitê de Bacia e pela referência ao estado da arte da relação estado e sociedade.

São esses os "princípios" e os elementos norteadores do PMS que terá como base metodológica um enfoque participativo, tanto na elaboração e organização das ações quanto na recepção das contribuições vindas da sociedade e das instituições. Sobre o enfoque participativo:

Aproximação sistemática a processos de grupos buscando mobilizar seus potenciais e fornecer-lhes instrumentos para melhorar suas ações pelas contribuições dos participantes e em que se manifesta e incorpora o meio socioeconômico e cultural de cada situação (KRAPTIZ, 1988 *apud* BROSE, 2001).

Com base nesse enfoque, foi realizada a "Oficina de resgate do potencial mobilizador do Comitê e pré-desenho das atividades do Programa de Mobilização Social" (ocorrida em Parque Mambucaba, em janeiro de 2018). As estratégias e ações para o PMS que serão a seguir apresentadas fundamentam-se nos aspectos até aqui expostos e, especialmente, na oficina citada. A oficina e dados secundários são a base para o PMS. Ressaltando-se que o plano é aberto e sujeito a modificações ao longo da sua realização, conforme avaliação dos grupos de trabalhos envolvidos na realização do PRH-BIG, a alterações com o objetivo de melhorar os resultados ou redirecionar focos.

Por fim, cabe acentuar que tanto a mobilização social quanto o plano não são fins em si mesmos. São processos contínuos que ao longo do tempo e das fases dos trabalhos apresentam diferentes demandas participativas sendo, inclusive, necessário trabalhar com públicos específicos. A médio e longo prazo é estratégico que, no âmbito do planejamento e gestão dos recursos hídricos, evite-se ações de mobilização social "relâmpago" ou meramente técnico-burocrático, i.e., para legitimar visões e decisões de estado com base na clássica fórmula tecnocrática cancelada por eventos públicos mais de fala que de escuta.



O PMS, além dessa introdução, está estruturado de modo a apresentar os objetivos, justificativas, aspectos sociodemográficos relevantes, aspectos institucionais, atividades com seus respectivos objetivos e levantamentos de entidades e espaços possíveis para a realização de eventos, com foco no fortalecimento das relações já estabelecidas no CBH-BIG e na inclusão de mais segmentos da sociedade civil, a partir da sensibilização e de ajustes na iteração com este segmento em particular.

1.2. Oficina de resgate do potencial mobilizador do Comitê e pré-desenho das atividades do Programa de Mobilização Social

Parte preliminar do planejamento do processo de mobilização foi a realização de uma oficina prévia ao processo, visando o resgate do potencial mobilizar do Comitê e uma pré-estruturação das atividades.

Para isso, foi utilizada uma metodologia com enfoque na participação dos membros, e a programação seguiu os tópicos a seguir:

- 1) Partilhando conceitos sobre mobilização social;
- 2) Resgate das experiências participativas do Comitê e de outras entidades no contexto da RH-I;
- 3) Definindo as macro-regiões participativas e realização do mapeamento/classificação da potencial rede de cooperação/participação;
- 4) Avaliação qualitativa dos meios e instrumentos de comunicação adequados aos propósitos da mbs na RH-I.

Começando por dar um panorama geral sobre conceitos e o processo de mobilização social, para que o planejamento possa partir de bases comuns entre os participantes, foram trabalhados aspectos motivacionais e conceituais sobre o que é, como, porquê e para que mobilizamos, bem como noções relativas à representatividade e ampliação da participação social em processos de planejamento de projetos e planos de ação. Nesse sentido, foi apontada a questão da legitimidade do Comitê e de seus membros para a tomada de decisão em relação ao Plano de Recursos Hídricos, destacando-se de um lado a importância do Comitê e de outro a ampliação participativa no processo de execução do Plano. Contudo, sem perder o foco de que o protagonismo e as responsabilidades pela tomada de decisão no, e para o Plano são prerrogativas do Comitê.

Em relação às diferenças entre mobilização de massas e mobilização para a realização de programas, planos e projetos, enquanto a primeira caracteriza-se muito mais pela organização política, a segunda caracteriza-se pela busca de solução de problemas pontuais, com base na produção da inteligência coletiva.



Duas linhas de foco foram definidas: **(i)** priorizar as instituições e atores sociais diretamente, ou parcialmente, envolvidos com as questões hídricas e ambientais, que levam a um maior potencial para contribuir com informações e ideais para o plano e as ações futuras; e **(ii)** realizar a integração paulatina de lideranças sociais e moradores sem vínculos diretos com as questões hídricas.

Também foram levantadas, nesta oficina, experiências participativas do Comitê e de outras entidades no contexto da RH-I. O Comitê apontou 30 experiências na Região Hidrográfica I desde 2011, com destaque para 14 ações de efetiva relevância para o Plano, no sentido de que informações de contatos, e as formas de atuação dos que organizarão os eventos poderão ser resgatados como ponto de partida.

Associadas às contribuições dessa atividade, assim como o levantamento, sobre o qual foi realizado um breve ensaio, entende-se que a busca da formação de uma rede de cooperação por região de participação, sem fixar-se nesses limites e tendo um ator do Comitê como interlocutor, aumentam as possibilidades de ampliação da participação social no processo de realização do Plano. O interlocutor de dentro do processo facilita a comunicação interpessoal, aumentando a legitimidade do diálogo.

Identifica-se, ainda, ações realizadas no contexto da RH-I e a possibilidade de os participantes das mesmas serem resgatadas para dar continuidade à formulação, agora, do Plano de Recursos Hídricos.

Foram definidas, também, as 7 macrorregiões de mobilização: Península de Paraty, Paraty, Mambucaba, Bracuí/Frade, Angra dos Reis, Monsuaba/Conceição de Jacareí e Ilha Grande, e apresentada a listagem elaborada pela equipe de comunicação, contendo os principais veículos de comunicação da região, aprovados pelo grupo.

Um relato mais completo da oficina está apresentado no Apêndice 1 - Relatório da Oficina de resgate do potencial mobilizador do Comitê e pré-desenho das atividades do Programa de Mobilização Social.



2. OBJETIVOS

Os objetivos do PMS são:

- Facilitar a interação entre o conhecimento técnico e o conhecimento de demandas sociais em torno das questões dos recursos hídricos, de modo a ampliar, em um processo participativo e descentralizado, a participação social na realização do PRH-BIG;
- Criar espaços de interlocução institucional para promover o diálogo, a negociação e a pactuação entre as partes intervenientes na elaboração e implementação do PRH-BIG;
- Dialogar e produzir, conforme necessidade a serem apontadas durante o processo de elaboração do plano, ações e soluções setoriais entre os usuários diretos e indiretos dos recursos hídricos da RH-I;
- Fortalecer as prerrogativas e a imagem institucional do Comitê BIG e do sistema de gerenciamento dos recursos hídricos;
- Sensibilizar a sociedade em geral sobre a importância do planejamento e gestão dos recursos hídricos;
- Apresentar e debater resultados e proposições de ações e medidas para a gestão dos recursos hídricos da RH-I;
- Construir estratégias e ações para fortalecimento e inclusão da participação da sociedade civil no CBH-BIG.



3. JUSTIFICATIVA

O Programa de Mobilização Social (PMS) para a realização do PRH-BIG justifica-se por conta da ausência, no dia a dia do Comitê, de atividades operacionais e institucionais que requerem articulações e movimentos participativos mais amplos do que aqueles rotineiramente realizados.

O PMS também é justificado pela necessidade de organização e roteiro de orientação no que se refere a espaços e momentos participativos determinados pelas fases do plano de bacia.

Justifica-se, ainda, pela necessidade de incluir no processo planejamento da gestão das águas da RH-I os múltiplos interesses socioeconômicos e culturais previamente representados pelo Comitê que podem ser reiterados e reforçados por outros agentes sociais, eventualmente, sub-representados pelo Comitê.

Por fim, também se justifica pela oportunidade de publicização e sensibilização da sociedade para a questão dos recursos hídricos em um contexto de elaboração do plano, isto é, oportunizando experiências de trocas e contribuições para o aprimoramento do plano e da gestão dos recursos hídricos de modo geral.



4. CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL

A caracterização dos principais aspectos socioambientais e institucionais da RH-I servem como pano de fundo para o processo de Mobilização Social. Os aspectos socioambientais e institucionais serão trabalhados de forma mais apurada em relatórios específicos, e vão sendo integrados nas pautas dos momentos participativos, na medida do andamento do plano e das atividades participativas, conforme necessidades identificadas. O objetivo dessa contextualização é a realização de um resumo do cenário socioambiental de referência. Pois, como comentado, são diversos os relatórios temáticos, que vão possibilitar um diagnóstico mais detalhado da bacia e da sua dinâmica socioeconômica.

A RH-I totaliza uma área de 1.728 km², composta pela totalidade dos territórios dos municípios de Angra dos Reis e Paraty, e parcialmente pelo município de Mangaratiba, além de 3.223,17 km² de área de marinha.

Estimativas populacionais para o ano de 2014, com base no Censo Populacional de 2010, (IBGE, 2010) apontavam para uma população residente de 227.290 habitantes. Sendo que desse total 81,4% (184.940 habitantes) residiam em Angra dos Reis, 17,6% (39.965 habitantes) em Paraty e 1% (2.385 habitantes) em Conceição de Jacaré (INEA, 2015).

O crescimento populacional na RH-I, como demonstrado no diagnóstico socioeconômico para a realização do Zoneamento Econômico Ecológico Costeiro, nos municípios de Angra dos Reis e Paraty, entre 2001 e 2010 (INEA, 2015), apresentava velocidades de crescimento superiores àquelas verificadas para o Estado do Rio de Janeiro. Enquanto para o Estado do Rio de Janeiro a taxa geométrica de crescimento foi de 1,1% a.a., em Angra dos Reis foi de 3,6% a.a., e Paraty de 2,4% a.a. A taxa agregada para a RH-I nesse mesmo período intracensitário (2000-2010) foi de 3,4% a.a..

A taxa de urbanização da RH-I no ano de 2010 era de 92,2% (SEA, 2012). A malha urbana é configurada por múltiplas formas descontínuas entre si e por diferentes morfologias com pequenos, médios e grandes núcleos urbanos. Como exemplo de fracionamentos do tecido urbano, podemos citar o distrito de Mambucaba, localizado em Angra dos Reis, apresenta um núcleo histórico a beira mar e um núcleo, que a partir dos anos 1980 se intensificou, na margem direita (sentido RJ-SP) da BR-101. Nessa mesma situação e às margens da BR-101, em Angra dos Reis, podem ser citados os bairros Nova Angra e o distrito de Bracuí.

A presença na RH-I da indústria, sobretudo a petrolífera, de energia e naval, concentrada em Angra dos Reis, possibilitava a ocupação formal, em 2015, de 24,6% (46.236 pessoas) da população total (IBGE, 2017). O rendimento médio, dos trabalhadores formais, era de 3,9 SM (salários mínimos). Com essa média salarial, os trabalhadores angrenses ocupavam, em 2015,



a 4º posição no estado do Rio de Janeiro. Em primeiro lugar Macaé, em segundo lugar o Rio de Janeiro, e em terceiro lugar Rio das Ostras. O setor que mais emprega é o de serviços (60%), seguido pela indústria da transformação (25%). No setor de serviços, o destaque fica no setor público das três esferas de governo, municipal, estadual e federal, seguido pelo comércio.

No município de Paraty, em 2015, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 23,2% (9.375 pessoas). O salário médio mensal era de 2,2 SM. Com esse salário médio, Paraty ocupa a 26ª posição no estado do RJ (IBGE, 2017), sendo as principais atividades econômicas ligadas aos serviços públicos e privados. No setor privado, destacam-se atividades ligadas ao turismo e ao comércio, e no setor público, os serviços públicos municipais.

No município de Mangaratiba, em 2015, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 21,6% (8.879 pessoas). O salário médio mensal no ano de 2015 das pessoas formalmente ocupadas era de 2,2 SM. Com esse salário médio, Mangaratiba ocupava a 36ª posição no estado do RJ (IBGE, 2017). As principais atividades econômicas em Mangaratiba são ligadas ao setor terciário, tais como, serviços públicos e comércio, seguindo da indústria da transformação. A citação a seguir dimensiona de forma mais precisa a importância do setor terciário, mais especificamente das atividades ligadas ao turismo, na RH-I.

A Região da Costa Verde fluminense constitui importante área turística do Estado do Rio de Janeiro, sendo destino de turistas locais (do Estado) e provenientes do Estado de São Paulo. Conforme citado anteriormente, o turismo representa importante fonte de emprego e renda às populações de ambos os municípios, sendo uma das principais molas mestras das economias locais. Os ramos de atividades ligados ao turismo que mais empregam nos municípios são a hotelaria e a gastronomia (bares e restaurantes). As atividades de transporte (marítimo e terrestre) se destacam em Angra dos Reis, sendo que o transporte marítimo é particularmente fomentado pelo afluxo de turistas à Ilha Grande. O turismo mobiliza aproximadamente 15 % da população empregada formalmente no setor de serviços de Angra dos Reis. Em Paraty, este valor aumenta para 46,5 %, ressaltando a maior importância relativa da atividade para este município (INEA, 2015).

Em resumo, a RH-I é caracterizada por uma sociedade urbana majoritariamente ligada a atividades do setor terciário (serviços públicos e privados) e fortemente dependente do turismo. A produção primária assume maior importância, como será demonstrado a seguir, pela relação dessa com as culturas tradicionais e com a preservação ambiental do que propriamente pela produção, estrutural, de riqueza e geração de renda para as economias locais. Ou seja, do ponto de vista estrutural macro e microeconômico, a produção primária não é economicamente



significativa para as economias locais. Isso não significa dizer, entretanto, que para os trabalhadores e produtores do setor não seja importante como forma e meio de reprodução social.

A citação a seguir sintetiza a importância social da produção primária na RH-I e a relação dessa com as sociedades tradicionais:

Nos três municípios, as áreas rurais se distribuem pelas bacias hidrográficas que se formam ao longo da costa a partir das cabeceiras dos corpos hídricos que descem o Planalto em direção à Baía. Essas áreas mantêm importância econômica na produção agropecuária, importância ambiental, em função de exercerem uma zona de transição entre as áreas protegidas do Planalto da Bocaina e as zonas urbanas próximas ao litoral, e importância social, em função de preservarem a cultura local dos povos e **populações tradicionais que desta prática tiram ou complementam o seu sustento** (grifo do autor) (INEA, 2015).

As comunidades tradicionais são representadas pelos Caiçaras, Quilombolas e Indígenas. Contudo, em relação à agricultura, é preciso também considerar os produtores que historicamente estão ligados à atividade agrícola, ou seja, aqueles produtores que trazem na sua biografia o seguimento da atividade em/na família moderna (não tradicional). Conforme visita a campo, esses agricultores, aparentemente, se concentram mais no entorno da microbacia do rio Mambucaba. Os agricultores e produtores de cachaça de Paraty merecem um destaque aqui por conta da tradição, lembrando que a cachaça possuía o nome homônimo do município.

Outra questão de grande relevância na RH-I em relação à presença das comunidades tradicionais é a problemática envolvendo acesso a infraestruturas básicas de água e esgoto. As soluções de abastecimento de água e saneamento para Paraty, por exemplo, são concentradas na zona central, deixando de fora as zonas rurais e as comunidades tradicionais. Isso demonstra uma desigualdade na priorização de acesso a estes serviços.

O Mapa 4.1 apresenta a localização das comunidades tradicionais na RH-I levantadas no diagnóstico do ZEEC, onde aparecem concentradas na porção mais ao sul, e na Ilha Grande. Ao todo, nos estudos do ZEEC, foram identificadas 34 comunidades caiçaras, 3 terras indígenas e 3 quilombos, apresentadas no Quadro 4.1.

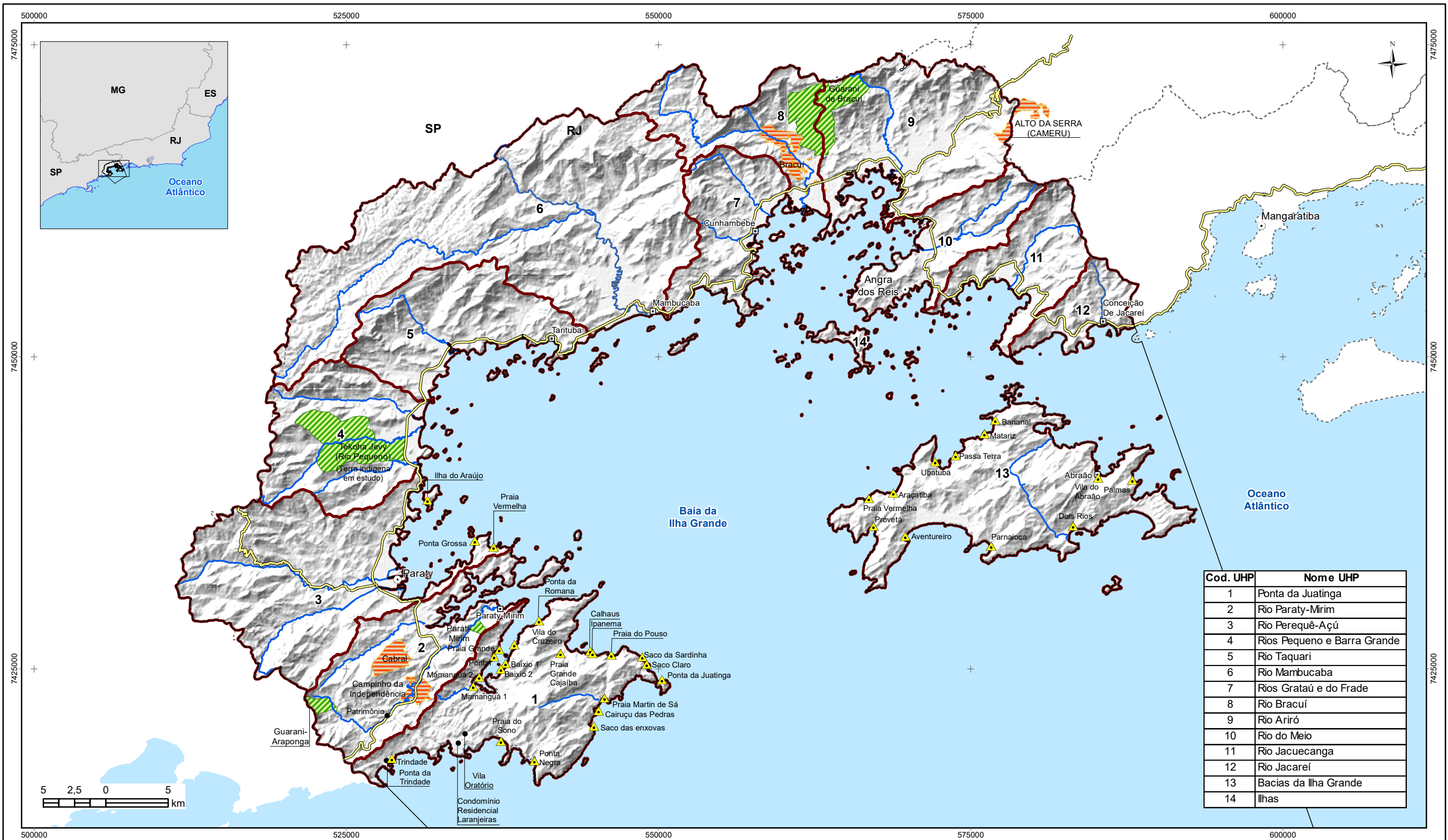


Quadro 4.1 - Comunidades Tradicionais, Terras Indígenas e Quilombos na RH-I

Tipologias	Comunidades/Territórios	Município
Comunidades Caiçaras	(1) Bananal; (2) Matariz; (3) Passa Terra; (4) Ubatuba; (5) Araçatiba; (6) Praia Vermelha; (7) Provetá; (8) Aventureiro; (9) Parnaiooca; (10) Dois Rios; (11) Palmas; (12) Vila do Abraão	Ilha Grande (Angra dos Reis)
	(13) Praia Grande; (14) Ponta Grossa; (15) Praia Vermelha*; (16) Praia Grande; (17) Pontal; (18) Mamanguá; (19) Baixio; (20) Vila do Cruzeiro; (21) Ponta da Romana; (22) Praia Grande da Cajaíba; (23) Calheus; (24) Ipanema; (25) Praia do Pouso; (26) Saco da Sardinha; (27) Saco Claro; (28) Ponta da Juatinga; (29) Praia Martin de Sá; (30) Cairuçu das Pedras; (31) Saco das Enxovas; (32) Ponta Negra; (33) Praia do Sono; (34) Trindade;	Paraty
Quilombolas	(1) Campinho da Independência; (2) Cabral	Paraty
	(3) Santa Rita do Bracuí; (4) Alto da Serra (Cameru)*	Angra dos Reis
Terras indígenas	(1) Paraty-Mirim; (2) Guarani-Araponga; (3) Tekoha Jevy (Rio Pequeno)*	Paraty
	(4) Guarani-Bracuí	Angra dos Reis

Fonte: Inea (2015)

* Modificada de Inea (2015)



Cod. UHP	Nome UHP
1	Ponta da Juatinga
2	Rio Paraty-Mirim
3	Rio Perequê-Açú
4	Rios Pequeno e Barra Grande
5	Rio Taquari
6	Rio Mambucaba
7	Rios Grataú e do Frade
8	Rio Bracuí
9	Rio Ariró
10	Rio do Meio
11	Rio Jacuecanga
12	Rio Jacareí
13	Bacias da Ilha Grande
14	Ilhas

LEGENDA

- Sede municipal
- Vila
- Localidade
- Rodovia
- Rios principais
- Massa d'água
- Limite municipal
- UHP
- Limite de atuação do Comitê de Bacias Hidrográficas da BIG

- Comunidade tradicional**
- ▲ Comunidade Caiçara
 - Quilombola
 - Terra Indígena

Acompanhamento
 Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía da Ilha Grande

Realização
 inea Instituto estadual do ambiente

GOVERNO DO Rio de Janeiro
 Secretaria do Ambiente

PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL (PMS)
 PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA REGIÃO
 HIDROGRÁFICA DA BAÍA DA ILHA GRANDE (PRH-BIG)

Execução
 PROFILL

Apoio
 TRANSPETRO

Sistema de Coordenadas UTM
 Datum SIRGAS2000
 Zona 23S
 Escala: 1:300.000

Mapa 4.1 - Comunidades tradicionais da RH-I

Fonte de dados:
 - Sede municipal, vila e localidade: IBGE, 2016
 - Limite municipal: IBGE, 2016
 - Hidrografia: IBGE, 2016
 - Abrangência da RH-I: INEA/DISEQ/GETEG, 2015
 - UHPs e Zonas de mobilização: PROFILL, 2017
 - Terra Indígena: FUNAI, 2018
 - Quilombolas: INCRA, 2018
 - Caiçaras: INEA, 2015



A atividade pesqueira na RH-I é realizada tanto na forma industrial quanto artesanal. Isso ocorre em função das condições naturais e, historicamente, pela presença de comunidades tradicionais e de pescadores não caiçaras.

Outro aspecto socioambiental relevante da RH-I, acentuado no diagnóstico do ZEEC, no PERHI-RJ e no ZEE-RJ, refere-se, por conta da geografia e da presença de Unidades de Conservação, à cobertura vegetal. A RH-I tem o melhor percentual de cobertura florestal (90%), atípico no estado, que tem menos de 30% de florestas em média. O grau de proteção da RH-I em unidades de conservação também está acima da média - O Parque Nacional da Bocaina, o Parque Estadual do Cunhambebe, a Reserva de Juatinga e outras importantes UCs federais e estaduais cobrem 72% da área total da RH-I e abrangem 77% das florestas desta região (INEA, 2014).

Considerando-se também o ZEEC, que abrange toda a RH-I, observa-se que essas condições são relevantes para os desafios de planejamento dos recursos hídricos da RH-I. Ao contrário do que quase sempre ocorre em outras bacias, existem formalmente na RH-I condições de proteção dos mananciais, notadamente no que se refere à ocupação do solo. Assim, ao invés de orientações partirem do PRH-BIG, através de ações e projetos para preservação ambiental com vistas a garantir a quantidade e qualidade dos recursos hídricos na RH-I, será necessário a integração entre outros instrumentos de gestão ambiental e territorial incidentes na RH-I e aqueles desenvolvidos para o PRH-BIG. Tecnicamente, esse processo de interação terá maior consistência após a elaboração dos cenários estratégicos e quando da elaboração das metas e estratégias de implementação do programa de ações.



5. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

A RH-I, devido à sua inserção em uma região costeira, está sujeita a uma matriz de interações institucionais um pouco mais "complexa" do que a de outras regiões hidrográficas não costeiras. Simultaneamente à situação costeira, como elemento de complexidade institucional para o planejamento e gestão dos recursos hídricos, no caso da RH-I, há a presença de Unidades de Conservação, terras indígenas, quilombolas, e de comunidades caiçaras. A ideia de complexidade aqui utilizada não é no sentido de dificuldade. Mas, sim ao fato de que a gestão socioambiental desses "territórios" e, no caso aqui em foco, a gestão da água na sua vertente mais hidrológica, são faces de um mesmo objetivo: a preservação e conservação socioambiental e dos ecossistemas, buscando sustentabilidade dos processos de desenvolvimento para atuais e futuras gerações.

Ao contrário do que pode acontecer em outros instrumentos de planejamento, normatizados ou não por legislações específicas, no caso dos recursos hídricos, a promoção da integração e articulação entre diferentes entes públicos e privados está dada, como já demonstramos na introdução desse programa, nos objetivos da própria Lei Estadual 3.239 de 02 de agosto de 1999, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro.

O que aqui se aponta não é negação da necessidade de ampliação da "matriz institucional" para uma adequada consolidação e futura execução do PRH-BIG, mas sim sinaliza-se que o ponto de partida é de uma situação na qual ocorre a representação instrucional, via Comitê, de segmentos estratégicos para o planejamento e gestão dos recursos hídricos na RH-I.

Cabe ressaltar o desafio de preencher a ausência de maior representatividade da sociedade civil como associações de moradores e representantes das comunidades tradicionais, para contextualizar também o saber local e social, como apontado no Capítulo II, art. 3º da Lei 3.239/1999 que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado do RJ, "IV - promover a articulação entre União, Estados vizinhos, Municípios, usuários e sociedade civil organizada".

Logo, cabe uma abordagem para incluir representantes dessa sociedade civil organizada, que já atuam no território.

A relação de maior ou menor complexidade para articulação institucional está associada, entre outros fatores, à extensão da área da bacia com as respectivas formações político territoriais e as peculiaridades de gestão do território. No caso do RH-I, um desafio ou peculiaridade relevante, em termos institucionais, é a integração entre o PRH-BIG e o ZEEC. Cabe observar que, conforme INEA (2015), no âmbito dos trabalhos para ZEEC, foram instituídas duas instâncias de articulação, uma deliberativa e a outra consultiva, a saber:



- Comissão do Zoneamento Ecológico-Econômico e Zoneamento Econômico Costeiro do Estado do Rio de Janeiro (CZEE/ZEEC-RJ): instituído pelo Decreto Estadual no 41.099, de 27 de dezembro de 2007, alterado pelo Decreto nº 44.719, de 09 de abril de 2014, tem como principal objetivo promover a articulação necessária à elaboração do ZEE e do ZEEC. A CZEE/ZEEC-RJ tem caráter deliberativo.
- Grupo de Trabalho do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro da Região Hidrográfica da Baía da Ilha Grande (GT-ZEEC da Baía da Ilha Grande): instituído pela Portaria Inea nº 486, de 23 de agosto de 2013, tem como principal objetivo fornecer aconselhamento técnico ao Conselho Diretor do Inea no que se refere à elaboração e implementação do ZEEC da Baía da Ilha Grande.

O CZEE/ZEEC, composto quase que exclusivamente por secretarias, tem como objetivo "[...] dentre suas atribuições, avaliar e aprovar a proposta de ZEEC do Estado do Rio de Janeiro e promover a articulação institucional das entidades públicas e privadas, de modo a garantir a divulgação e o debate acerca dos trabalhos realizados no âmbito do zoneamento" (INEA, 2015).

O GT-ZEEC, por sua vez, constituído por representantes das diversas diretorias e gerências do Inea, tem como principal objetivo fornecer aconselhamentos técnicos ao Conselho Diretor do Inea, no que se refere à elaboração e implementação do ZEEC da Baía da Ilha Grande. Mas o GT-ZEEC é também responsável por:

- i. Apoiar processo de mobilização e participação social para a elaboração e implementação do ZEEC na região de interesse;
- ii. Apoiar o levantamento e sistematização das informações necessárias para a elaboração do instrumento;
- iii. Integrar e compatibilizar as ações do Inea e demais instituições parceiras na Região Hidrográfica da Baía da Ilha Grande que apresentem alguma interface com o ZEEC; e,
- iv. Discutir os aspectos técnicos pertinentes na elaboração e implementação do ZEEC da Baía da Ilha Grande.

Assim, entende-se que a ampliação das relações institucionais para uma integração entre o PRH-BIG e o ZEEC-BIG é uma ponte de diálogo importante para o estabelecimento das redes de integração, que de um lado passa pela possibilidade da retomada de diálogo sistemático com GT-ZEEC e CZEE/ZEEC, e de outro lado, pelo reforço e ampliação da rede já estruturada no âmbito das representações e relações institucionais do Comitê. Além dessa, outras redes serão localizadas e integradas.



A possibilidade dessa retomada da articulação institucional pretérita não é um processo automatizado. Depende, em primeiro lugar, da permanência dessa comissão e do grupo de trabalho. Em segundo lugar, do movimento de (re)aproximação do Comitê em relação a essas. No Item 6 - Estratégias, Atividades e Públicos deste PMS está proposto espaço para esse fim. Contudo, com base nos trabalhos até aqui desenvolvidos para o ZEEC-BIG e com os resultados da “Oficina de resgate do potencial mobilizador do Comitê e pré-desenho das atividades do Programa de Mobilização Social”, foi possível elencar instituições a serem contatadas para a consolidação da Matriz Institucional incidente sobre a RH-I e com interação com o planejamento e gestão dos recursos hídricos.

Ressalta-se que a aproximação das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, assim como as de agricultura, pesca e aquicultura, turismo e desenvolvimento econômico serão, no caso de Angra dos Reis e Paraty, contatadas e incorporadas ao processo através dos representantes das prefeituras municipais no Comitê. No caso de Mangaratiba, serão realizados contatos específicos para a inclusão da mesma na matriz institucional e, de modo geral, no processo participativo para a elaboração do PRH-BIG.

No Quadro 5.1 estão listadas as instituições com potencial para a interação institucional para o PRH-BIG. A maioria delas faz ou fez parte dos dois grupos citados para a realização do ZEEC e outras estão direta ou indiretamente articulados com o Comitê BIG. Se essas comissões estiverem ativas, o que será verificado junto à coordenação do ZEEC no Inea, possivelmente os esforços necessários às integrações serão facilitados. Do contrário, serão necessários maiores esforços para a rearticulação dessas instituições em torno do PRH-BIG.



Quadro 5.1 - Pré-identificação de instituições para a formação e consolidação da matriz institucional - PRH-BIG

Nível Administrativo	Instituição
Federal	Agência Nacional de Águas - ANA
	Ministério do Meio Ambiente - MMA
	Ministério da Pesca e Aquicultura
	Ministério do Turismo
	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA
	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
	Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ
Estadual	Capitania dos Portos
	Secretaria de Estado do Ambiente - SEA*
	Comissão Estadual do Gerenciamento Costeiro - GERCO
	Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONEMA*
	Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERHI-RJ
	Departamento de Recursos Minerais - DRM*
	Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FIPERJ
	Fórum Fluminense de Bacias Hidrográficas - FFCBH
	Secretaria de Estado Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca - SEDRAP*
	Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária - SEAPEC*
	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços - SEDEIS*
	Comitê de Defesa do Litoral do Estado do Rio de Janeiro - CODEL
	Instituto estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC
Municipais	Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER-RJ. Agências Locais: Angra dos Reis, Paraty e Mangaratiba
	Prefeitura de Mangaratiba e/ou secretária municipal do meio ambiente
	Conselho Municipal de Turismo de Mangaratiba COMTUR Mangaratiba**
	Conselho Municipal de Turismo de Angra dos Reis - COMTUR Angra dos Reis**
	Conselho Municipal de Turismo de Paraty - COMTUR Paraty**
	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA Paraty**
	Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Angra dos Reis - COMUMA **
	Câmara de Vereadores de Angra dos Reis
	Câmara de Vereadores de Paraty
	Câmara de Vereadores de Mangaratiba
Outros	Fórum de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável - Agenda 21 de Paraty
	Comissão e Coordenação da Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro de 2017 - COPRON
	OSCIP Comitê de Defesa da Ilha Grande - CODIG
	OSCIP Associação Cairuçu
	Plano de Auxílio Mútuo Costa Verde- Empresas da Região - PAM Costa Verde***
	Fórum de Comunidades Tradicionais Indígenas, Quilombolas e Caiçaras de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba - FCT
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraty Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP

Fonte: Autoria própria

*Fazem Parte do CZEE/ZEEC

** Abrigam diversos setores sociais, inclusive entidades ligadas ao comércio e serviços

*** É uma associação que reúne de forma sistemática representantes das empresas e órgãos públicos locais e regionais para debater e buscar soluções para o desenvolvimento e auxílio mútuo, local e regional



6. ESTRATÉGIAS, ATIVIDADES E PÚBLICOS

6.1. Estratégias de ação

A rigor, as estratégias operacionais foram pré-definidas na emissão do TDR e reforçadas na “Oficina de resgate do potencial mobilizador do Comitê e pré-desenho das atividades do Programa de Mobilização Social” com o GTA, Comitê e convidados. Estas estratégias estão todas ancoradas no princípio participativo entre as equipes de trabalho (Inea, Comitê, Profill), com os membros do Comitê à frente do processo. Reitera-se que o protagonismo do Comitê no processo de mobilização social é fundamental para consolidá-lo como instância representativa da sociedade presente na RH-I e como espaço aberto à participação social no planejamento e gestão dos recursos hídricos. Com base nesses dois princípios foram estabelecidas estratégias genéricas para o alcance dos objetivos de ampliação da participação social, na realização do PRH-BIG. As estratégias pontuais são objeto da comunicação social, e é através dos instrumentos de comunicação social que serão definidas a linguagem e a dinâmica da comunicação e informação para os diferentes públicos. As estratégias definidas para a ampliação da mobilização social estão listadas a seguir.

6.1.1. Reforço do protagonismo do Comitê

O reforço do protagonismo do Comitê será dado através dos seguintes procedimentos:

- O primeiro contato, de forma presencial e/ou eletrônica, será o envio de um convite para associações, instituições e/ou pessoas, e será realizado, preferencialmente, pela direção do Comitê ou por um dos seus representantes, caso tenham disponibilidade. Não se trata da distribuição de convites para eventos, e sim de um primeiro contato, de caráter mais formal e institucional. O segundo contato pode ficar inteiramente a cargo da contratada e sua equipe de Comunicação e mobilização social. A contratada prestará apoio na elaboração dos materiais e no apoio operacional;
- Nas atividades públicas, setoriais e institucionais, o Comitê assume o protagonismo nos trabalhos. Inclusive, se for do interesse do Comitê, este assume a apresentação do dia e a mediação dos trabalhos. Cabe à contratada estar preparada para realizar todas as atividades do dia e estar pronta para o auxílio técnico, inclusive conduzir as atividades, caso seja necessário;
- O fluxo da busca de informações por parte da sociedade, em relação ao PRH-BIG, existe para que se tenha uma continuidade sequencial de reforço da imagem do Comitê, e do sistema estadual de recursos hídricos. Conforme o princípio da descentralização, participativa e decisória, esse fluxo necessita passar em primeiro lugar pelo Comitê, leia-se, pelo canal de comunicação entre o Comitê e a sociedade e, na sequência, se a



informação buscada não estiver ao alcance do Comitê, este a repassará ao Inea, que tomará a decisão de qual a melhor forma de responder ao demandante da informação. Esse fluxo de informação refere-se à continuidade do processo de participação social e não de gestão das atividades do plano.

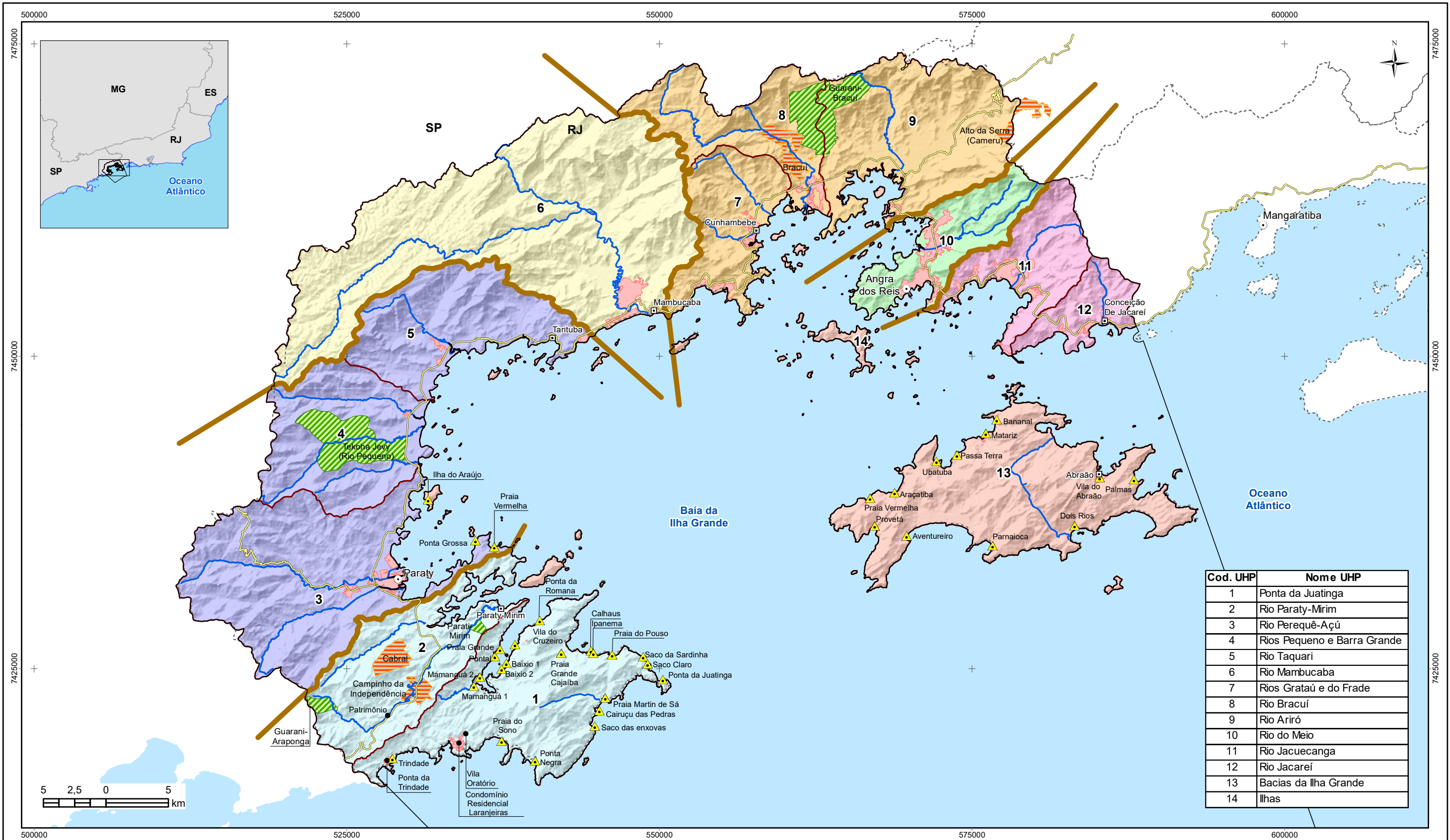
6.1.2. Divisão da RH-I em sete zonas de participação

Visando facilitar o processo de organização e descentralizar as atividades, facilitando o acesso das pessoas aos eventos participativos, propõe-se a divisão da RH-I em sete zonas de mobilização. O principal critério para definição das zonas de participação foram as densidades de ocupação humana e a condição de maior ou menor área rural. As zonas de participação, representadas no Mapa 6.1 são: Península de Paraty; Paraty; Mambucaba; Bracuí/Frade; Angra dos Reis; Monsuaba/Conceição de Jacareí, e Ilha Grande. Essas divisões servem como orientação para as atividades operacionais.

É preciso cuidado para que as mesmas não contribuam para a desconstrução da visão sistêmica por região/bacia hidrográfica como área de planejamento e gestão dos recursos hídricos. Para cada uma dessas zonas de mobilização, conforme trabalhado, e de forma consensual definida na oficina citada, buscou-se junto ao Comitê um membro que assumisse, para uma ou mais zona de mobilização, de preferência na forma de voluntariado, a condição de interlocutor com as lideranças e entidades com maior atuação junto a zona de mobilização.

A interação, ou pelo menos a referência do Comitê, através da interlocução com um de seus membros, ao mesmo tempo que dá visibilidade ao Comitê, aumenta a legitimidade do diálogo. O interlocutor terá a função exclusiva de ser uma referência entre os grupos sociais da zona de mobilização e o Comitê. Cabe ressaltar a importância do interlocutor de cada zona de participação se responsabilizar por estar presente nas atividades relacionadas a mesma.

O fundamento dessa estratégia está na noção de formação de redes de comunicação para a cooperação. Para a estruturação de uma rede de cooperação é preciso um núcleo formulador do problema (o Comitê), os reprodutores e/ou divulgadores (membros do Comitê, a equipe de mobilização social, e de forma mais acentuada, as atividades de comunicação social) e os facilitadores (nesse caso os interlocutores).



Cod. UHP	Nome UHP
1	Ponta da Juatinga
2	Rio Paraty-Mirim
3	Rio Perequê-Açú
4	Rios Pequeno e Barra Grande
5	Rio Taquari
6	Rio Mambucaba
7	Rios Grataú e do Frade
8	Rio Bracuí
9	Rio Ariró
10	Rio do Meio
11	Rio Jacuecanga
12	Rio Jacareí
13	Bacias da Ilha Grande
14	Ilhas

LEGENDA

- Sede municipal
- Vila
- Localidade
- Rodovia
- Rios principais
- Massa d'água
- Limite municipal
- Limite de atuação do Comitê de Bacias Hidrográficas da BIG
- UHP
- Zonas de Mobilização**
- Zona Península de Paraty (UHPs 1 e 2)
- Zona Paraty (UHPs 3, 4 e 5)
- Zona Mambucaba (UHP 6)
- Zona Bracuí/Frade (UHPs 7, 8 e 9)
- Zona Angra dos Reis (UHP 10)
- Zona Monsuaba/Conceição de Jacareí (UHPs 11 e 12)
- Zona Ilha Grande (UHPs 13 e 14)
- Divisa Zona de Mobilização
- Área Urbana
- Comunidade tradicional**
- ▲ Comunidade Caiçara
- ▨ Quilombola
- ▨ Terra Indígena

Acompanhamento

 Realização

PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL (PMS)
**PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA REGIÃO
 HIDROGRÁFICA DA BAÍA DA ILHA GRANDE (PRH-BIG)**

Execução

 Apoio

Sistema de Coordenadas UTM
 Datum SIRGAS2000
 Zona 23S
 Escala: 1:300.000

Mapa 6.1 - Zonas de Mobilização Social

Fonte de dados:
 - Sede municipal, vila e localidade: IBGE, 2016
 - Limite municipal: IBGE, 2016
 - Hidrografia: IBGE, 2016
 - Abrangência da RH: INEA/DISEQ/GETEG, 2015
 - UHPs e Zonas de mobilização: PROFILL, 2017
 - Terra Indígena: FUNAI, 2018
 - Quilombolas: INCRA, 2018
 - Caiçaras: INEA, 2015



6.1.3. Formação de uma rede participativa

Observa-se, nos documentos examinados - atas do Comitê e relatórios de mobilização social do ZEEC (INEA, 2015), ZEE-RJ (SEA, 2012) e PERHI-RJ (INEA, 2014) - e no resgate realizado na oficina, a presença das mesmas entidades em diversos espaços participativos. Se de um lado, isso implica na revelação da importância dessas entidades, de outro, indica a facilidade para o processo de aproximação com as mesmas. O ponto de partida, como colocado no item relativo aos aspectos institucionais, é a formação do Comitê e o diálogo entre GTA, ZEEC e BIG. Essa articulação, pelo menos no âmbito local da RH-I, ocorrerá em paralelo às atividades do Comitê, e a partir da primeira rodada de encontros regionais. O segundo procedimento recomendado é a realização de contatos pelos membros do Comitê com atores sociais ligados a entidades públicas e privadas, aos setores produtivos, sociedade civil, entre outros atores relevantes.

6.1.4. Resgate dos participantes de atividades anteriores vinculadas com recursos hídricos

A realização do resgate das informações de contatos dos participantes das atividades ligadas ao meio ambiente e aos recursos hídricos, entre 2011 e 2018, realizadas na região da RH-I, é parte da estratégia de formação de uma rede participativa. Esse procedimento é justificado pela continuidade temática como fomento à participação. Durante a oficina, já citada, foram elencadas uma série de atividades realizadas no período de existência do Comitê (2011-2017). Segundo os integrantes da “Oficina de resgate do potencial mobilizador do Comitê e pré-desenho das atividades do Programa de Mobilização Social”, é possível resgatar informações sobre os participantes de diversas atividades, destacadas em cor mais escura no Quadro 6.1.

Serão realizados contatos com os participantes da oficina para requisitar informações de contatos relevantes. Essas informações serão o ponto de partida para um **banco de dados de contatos e instituições**, que serão organizados, indexados e posteriormente utilizados para os procedimentos de comunicação e contatos de mobilização. A primeira experiência de continuidade temática, já com dados de atividade ligada ao PRH-BIG, vai se dar com a utilização da lista de presença no evento de lançamento do Plano, em Paraty, no mês de novembro de 2017. A forma/modelo do banco de dados (listagem de contatos classificados em novos ou com identificação de participação na temática ambiental pelo menos) será definida em maiores detalhes no Plano de Comunicação Social, onde é chamada de *Mailing-list*, termo consagrado na comunicação. As informações de contatos relativas a entidades sociais, ambientais e institucionais serão, na figura de seus representantes e diretorias, trabalhadas de forma a criar uma conexão previa aos eventos. No programa de comunicação os instrumentos e meios para esse fim serão especificados.



Quadro 6.1 - Atividades participativas desenvolvidas no contexto da RH-I (2011-2017)

#	Ano	Atividade	Entidade/Empresa	Participantes	Possibilidade de Resgate	Observações
1	2012	Projeto de Extensão - Confecção de telhas de garrafa PET	CEFET/RJ	Cerca de 30 pessoas de Mambucaba	-	-
2	2012-2013	Projeto de Extensão de Coleta de óleo (eco ponto CEFET) para confecção de velas	CEFET/RJ	-	-	-
3	2012,2013, 2014	Dia Mundial da Água Dia do Meio Ambiente Dia da Árvore	TPAR (Terminal Portuário de Angra do Reis)	-	-	São eventos de Educação Ambiental direcionados aos funcionários. Aqui é importante pensar em uma interlocução e aproximação com a empresa e seus funcionários
4	2013	Planejamento Participativo: Necessidades Territoriais - Fórum de Comunidades Tradicionais. Criação do OTSS (Observatório Território Saudáveis e Sustentáveis)	FIOCRUZ	40 comunidades	Sim	-
5	2013	Elaboração Participativa do TDR para o PRH_BIG	Comitê BIG	Toda a Plenária da época*	Em andamento	-
6	2013	Reativação do COMDEMA - Paraty (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Paraty)	Prefeitura de Paraty	36 participantes*	Sim	Possui 18 membros titulares. É um conselho deliberativo e bipartite. (Poder Público e Sociedade Civil)*
7	2013	Audiência pública para aprovação do Plano de saneamento de Paraty*	Prefeitura de Paraty	Todo o município*	Sim	-
8	2013	Grande Estiagem (2012) - Criação do Grupo de Gestão das Águas (Interno a Eletronuclear)	Eletronuclear	30 pessoas	Sim	Foi aberto a moradores da comunidade
9	2013	Conferência Municipal de Saneamento - Paraty	Prefeitura de Paraty	Comunidades, poder público, lideranças comunitárias*	Sim	A metodologia contou com 08 pré conferências em 08 comunidades diferentes e 01 uma conferência final*
10	2014, 2015, 2016, 2017	Dia Mundial da Água - Visita a estação de tratamento da Eletronuclear.	Eletronuclear	-	-	Interlocução possível
11*	2014-2015*	Programa de Capacitação na RH-I sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Cadastro Nacional de Recursos Hídricos (CNARH)*	Inea, Comitê, FADUC*	Técnicos e colaboradores, proprietários de propriedades rurais e usuários de recursos hídricos*	Sim*	-
12	2015	I - Seminário de Justiça Socioambiental (2015)	FIOCRUZ/OTSS	-	Sim	-
13	2015	Seminário de Mobilidade - Angra dos Reis	Prefeitura Municipal de Angra dos Reis e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Angra dos Reis	Por volta de 200 inscritos	Sim	-
14	2015	Seminário de Turismo de Base Comunitária - TBC Costa Verde	Secretaria Municipal de Turismo de Paraty ,TurisAngra*	90 participantes lideranças comunitárias e poder público*	Sim	Seminário de 3 dias de duração. A metodologia do encontro foi construída com reuniões comunitárias pré-seminário*
15	2015	Planejamento e Plano Estratégico - Agenda 21 - Fórum de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável	Órgão Diretivo da Agenda 21 e SEBRAE/RJ*	50 participantes*	Sim	A Agenda 21 de Paraty conta com 35 entidades*
16	2015	Dia Mundial da Água Dia do Meio Ambiente Dia da Árvore	CEFET/RJ	Convidados e público em geral	Sim	A ideia aqui é resgatar o corpo discente e docente
17	2015	PMSB - Angra dos Reis	Prefeitura de Angra	Audiências Públicas	Sim	Realizada com recursos do CBH-BIG
18	2015	Reativação do COMTUR - Conselho Municipal de Turismo de Paraty.	Prefeitura, Secretaria Municipal de Turismo, empresas e comunidades	48 pessoas*	Sim	Conselho deliberativo e Tripartite (Setor Público, Setor Empresarial, Setor Social). São 24 membros titulares*
19	2016	Oficinas Participativas de Diagnóstico do Rio Carapitanga com comunidades do Entorno (Seminário águas do Carapitanga)*	FIOCRUZ/OTSS, UFRJ, UFF Angra	Aproximadamente 100 pessoas*	Sim	Faz parte do Projeto de Saneamento Comunitário
20	2016	Oficina de Outorga Onerosa da Água	ANA, Inea, Escritório Tamoios	-	-	-
21	2016-2017	Revisão do Plano de Manejo da APA de Cairuçu	APA de Cairuçu/ICMBio	25 comunidades e 29 entidades/instituições	Sim	Processo finalizado em 2018
22	2016-2018*	Projeto Carapitanga Participação em Oficinas c/Comunidades de Paraty (Saneie seu Quintal)*	Projeto de Educação Ambiental da Secretaria do Ambiente do Município de Paraty	Moradores da região do rio Carapitanga e Comunidade de Paraty Mirim	-	Esse é um projeto que envolve um Rio da RH-I. Verificar quais "pontes" são possíveis
23	2017	Telemetria hídrica/Vazões/Gestão/Meio Ambiente	SAAE	-	-	-
24	2017	Formação do Conselho Gestor da APA Municipal Baía de Paraty	SEMAM*	32 pessoas*	-	Criada em 1984. Tem 16 membros titulares*
25	2017	II - Seminário de Justiça Socioambiental (2017)	FIOCRUZ/OTSS	-	Sim	-
26	2017	IV - Encontro Estadual de Agroecologia	FIOCRUZ/OTSS	-	-	-
27	2017	Gestão Hídrica Participativa - Bacia Escola do Retiro	SAAE - Angra do Reis	Associações de moradores	Sim	-



#	Ano	Atividade	Entidade/Empresa	Participantes	Possibilidade de Resgate	Observações
28	Vários*	Reuniões do CMUMA - Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Angra dos Reis*	CMUMA	Integrantes do conselho	Sim	-
29	Vários*	Reuniões do PAM - Plano de Auxílio Mutuo Costa Verde*	Empresas da Região	Empresas da Região	Sim	Reuniões periódicas em diversos lugares da região para debaterem e buscarem soluções para empresas e o desenvolvimento regional
30	-	Oficinas Outorga, Cobrança e Plano de Bacias	ANA, Inea	-	-	-

Fonte: Citações realizadas durante a "Oficina de resgate do potencial mobilizador do Comitê e pré-desenho das atividades do Programa de Mobilização Social"

*Informações foram modificadas por solicitação do GTA, não estavam na memória oficial da oficina. Para manter a metodologia utilizada pelo especialista em mobilização social, as informações modificadas estão identificadas

Obs I: essa listagem é uma citação de memória realizada na oficina, e por essa razão, terá lacunas de informação. O objetivo foi relembrar aos participantes do processo de mobilização social que existem experiências participativas na bacia que podem servir, caso se obtenha acesso à lista de participantes, como apoio ao processo participativo. Esse quadro é uma fonte possível de contatos, dado o interesse dessas pessoas em participar de diversas temáticas ligadas à realidade local, e na maioria das vezes conectadas a questões socioambientais.

Obs II: "-" = não informado



6.1.5. Material técnico produzido e resultados de participação

Todo o material técnico será disponibilizado para consulta via meio digital. Assim, como em um prazo de dez a quinze dias, dependendo da complexidade do encontro, será disponibilizado retorno, através de relatório síntese, indicando contribuições e críticas realizadas durante os eventos públicos. Todos aqueles que solicitarem irão receber o relatório síntese via correspondência virtual. Junto com os retornos e disponibilidade do material técnico, sempre estará disponível a agenda de atividades do PRH-BIG. O modo como isso será operacionalizado é definido pela comunicação social.

Será disponibilizado também, ao final de cada reunião do GTA, um registro de atividades dos encontros do GTA, contendo lista de presença, foto(s) e tópicos discutidos e apresentados nos encontros.

6.1.6. Lideranças rurais identificadas durante o CAR

Entre 2014 e 2015 foi realizado o Programa de Capacitação na RH-I sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Cadastro Nacional de Recursos Hídricos (CNARH), financiado pelos comitês de bacia do RJ. Esse programa resultou na capacitação de 279 técnicos e colaboradores, 485 propriedades cadastradas, e 144 cadastros no CNARH.

Esse trabalho pode ser acompanhado na página de *Facebook* intitulada "Car & Cnarh - RJ". Entretanto, retomar os contatos dos participantes é o ponto de interesse para esse PMS. Essa retomada será feita com base no banco de dados gerados. Esses participantes, associados aos sindicatos rurais e associações de produtores, formam uma rede com alta representatividade do meio rural estruturada, em um tripé formado pelo viés técnico, institucional e produtivo (os produtores rurais). Daí a importância de buscá-los, de forma sistemática, para a realização do PRH-BIG.

6.1.7. Mobilizadores Locais

A utilização, no momento de divulgação e convite a participação em atividades específicas, de mobilizadores locais é uma das estratégias para incentivar a participação dos moradores e lideranças, especialmente, aquelas residentes em áreas mais distantes dos núcleos urbanos e mesmo isoladas como é o caso de moradores em ilhas e comunidades tradicionais. Também é função desses mobilizadores "traduzir", para o público não especializado, previamente as reuniões o conteúdo das mesmas para que aumente as possibilidades de uma participação social mais efetiva.

Fica evidenciado que a comunicação interpessoal e direta é, por assim dizer, a principal estratégia para busca de ampliação da participação social na elaboração do PRH-BIG. A



comunicação interpessoal e direta será complementada pela comunicação pública que terá, entre outras funções, a de colocar o PRH-BIG na esfera pública, ou seja, torna-lo um assunto em pauta no dia a dia da sociedade da RH-I.

Os instrumentos virtuais serão, estrategicamente, utilizados como divulgação, informação e meio de participação. A elaboração desse instrumento e das regras de participação constam no Plano de Comunicação Social.

6.2. Atividades e Públicos

Estão previstas, entre encontros regionais, mesas de diálogos e outros, cinco diferentes tipos de atividades com caráter participativo, duas atividades, ao final do PRH-BIG, voltadas a treinamentos para utilização do SIG-PRH-BIG e para a implementação do PRH-BIG. Essas duas atividades de treinamento, serão direcionadas a públicos específicos, e apresentam uma dinâmica mais técnica do que sociopolítica. Cada uma das atividades apresenta uma dinâmica muito particular, e assim, para que se possa dar continuidade ao método participativo de tomada de decisões, o funcionamento, a metodologia e as regras de cada atividade serão apresentadas em até 15 dias antes das mesmas ocorrerem, para o GTA, Inea e, quando for possível, para todo o Comitê, para que possam avaliar e contribuir na elaboração da dinâmica das atividades públicas e voltadas a setores específicos.

O roteiro básico das atividades consistirá em: protocolo de boas-vindas, apresentação dos objetivos, estágio do plano, explicação da dinâmica do dia, apresentação dos conteúdos a serem trabalhados, atividades participativas e informação sobre as próximas atividades para a elaboração do plano. A dinâmica das atividades participativas está condicionada pelas demandas do PRH-BIG. Por exemplo, em reuniões setoriais a dinâmica e os instrumentos de trabalho a serem utilizados serão técnicos. Em outros eventos, o caráter técnico cederá espaço à comunicação popular e a dinâmicas que incentivem os presentes a se expressarem. A produção de material de apresentação, a apresentação técnica e a moderação são de competência da consultora, e a coordenação dos trabalhos deve ficar a cargo dos membros do Comitê. Também é competência da contratada providenciar a infraestrutura para a realização das oficinas.

Na “Oficina de resgate do potencial mobilizador do Comitê e pré-desenho das atividades do Programa de Mobilização Social”, a equipe técnica da Profill apresentou uma proposta de realização de eventos com alterações em relação aos indicados no TDR. As alterações consistiam na inclusão de mais reuniões e na redistribuição do número de atividades indicadas no TDR. No Quadro 6.2 e no Quadro 6.3 estão listadas as fases do plano, o tipo de atividade em cada uma das fases, os objetivos, o públicos e previsão de agenda, com o novo cronograma de



reuniões proposto.

As atividades específicas para elaboração dos cenários serão direcionadas ao GTA, membros do Comitê e convidados, e consistem em instrumentos direcionados e postados em meio digital. Os participantes terão acesso a instrumentos postados em página específica, para, por exemplo, avaliar em termos de concordância, discordância, graus de probabilidade (nada provável, pouco provável, muito provável), projeções com base em dados e tendências, que serão trabalhadas em oficina destinada para a elaboração dos cenários.

6.2.1. Pré-Identificação de locais e datas para as atividades

Foram pré-identificados os locais para as atividades participativas em cada uma das zonas de mobilização, expostos no Quadro 6.2 e no Quadro 6.3.



Quadro 6.2 - Quadro de atividades e agenda dos eventos

Fase do plano/produtos	Atividade	Quantitativo	Zona de mobilização / onde ocorrerá	Objetivos	Público alvo	Sugestão de dinâmica	Agenda
Pré-diagnóstico	Encontros Regionais	7	- Em todas	- Informar e Sensibilizar a sociedade sobre o PRH-BIG - Incentivar a participação social no processo de elaboração do PRH-BIG - Abrir canais de comunicação - Recolher, opiniões, demandas sociais em relação aos recursos hídricos (identificação de conflitos)	População, lideranças comunitárias e convidados	- Apresentação em linguagem adequada com mediação para perguntas e respostas - Distribuição de material com orientação para a participação	27 a 31 de agosto
	Reuniões Informativas direcionadas a: Instituições Públicas e de representação classista ou setorial, ONGs, representantes dos legislativos e executivos.	4	- Monsuaba/Conceição de Jacareí - Angra dos Reis - Ilha Grande - Península de Paraty	- Detalhar, tecnicamente o PRH-BIG - Trabalhar a importância do plano para o desenvolvimento local e regional, e sobre a importância da participação e articulação institucional.	Direcionada a convidados	- Apresentação com detalhes técnicos e diálogo com mediação.	11 a 13 de setembro
	Reunião de alinhamento institucional	1	- A definir*	- Aproximação institucional, recuperação e compatibilização da estrutura da matriz de articulação utilizada no ZEEC	Convidados	- Apresentação da matriz e discussão	
Diagnóstico	Consultas públicas para fechamento de diagnóstico	3 eventos	- Angra dos Reis - Paraty - Ilha Grande	- Retorno de resultados - Indicar compatibilidade e acréscimos entre os estudos (diagnóstico) para o PRH-BIG e os estudos realizados para o ZEEC - Críticas e contribuições ao Diagnóstico - Informar sobre os próximos passos	Geral	- Apresentação em linguagem adequada ao público. - Mediação - Recolhimento de contribuições orais e escritas (com elaboração de instrumento facilitador) - Disponibilidade do conteúdo e instrumento para colaboração on-line (definir tempo de permanência)	25 a 27 de setembro
Cenários Estratégicos	Oficina de Construção de Cenários	1 oficina de atividades específicas	- A definir	- Elaboração de cenários socioeconômicos prospectivos identificando pressão ou não sobre os recursos hídricos - Projetar a necessidade de intervenções estruturais e não estruturais.	GTA, Comitê e Convidados	- Nota técnica conceitual - Panorama dos cenários para a RH-I (com participação)	9 de outubro
Metas e estratégias de implementação	Mesas de diálogo	4 reuniões setoriais	- A definir	- Alternativas e soluções para os setores	Convidados e representantes dos Setores Usuários	- Atividade técnica: os problemas são apresentados, assim com as soluções possíveis os representantes setoriais fazem uma avaliação crítica	6 a 8 de novembro
	Evento de Articulação Institucional	2 Reuniões	- Angra dos Reis	- Apresentação das interfaces entre as ações necessárias para a execução do PRH-BIG e os planos, programas e políticas públicas de outras esferas administrativas e institucionais	Instituições públicas e privadas	- Reunião de trabalho com apresentação de uma matriz de interfaces institucionais.	27 a 28 de novembro
	Reunião encontro e pactuação de compromissos	4 reuniões	- A definir	- Proposição de acordos e arranjos institucionais para evitar sobreposições e ao mesmo tempo otimizar os esforços para ação prática	Nesse estágio do plano é esperado que a rede institucional já esteja constituída. Para esse fim, foram, além das duas reuniões específicas de articulação institucional, previstas mais reuniões e atividades no contra fluxo das reuniões prévias ao PRH-BIG	- Atividades de pactuação com base na matriz de interfaces institucionais e na dinâmica definida coletivamente.	10 a 13 de dezembro
Plano de Recursos Hídricos (consolidação)	Encontros Regionais	3 reuniões	- Angra dos Reis	- Prioridades, visualização das metas, etc.	GTA + Convidados	- Técnica de priorização	29 a 31 de janeiro
		+ 1 de fechamento	- Paraty			- Consultora elabora resultados e apresenta previamente à reunião de fechamento	
	Consultas públicas fase de pré-fechamento do PRH	3 Eventos	- Angra dos Reis - Paraty - Mais uma a definir	- Publicização do PRH - Recolhimento de críticas e contribuições ao plano	Geral + indicações	- Apresentação em linguagem adequada ao público. - Mediação - Recolhimento de contribuições orais e escritas (com elaboração de instrumento facilitador) - Disponibilidade do conteúdo e instrumento para colaboração on line (definir tempo de permanência)	20 a 22 de fevereiro
	Evento de Retorno - pós consultas públicas	1 Evento	- A definir	- Colher subsídios para o PRH-BIG	Geral + Convidados	Apresentação	12 de março

Fonte: Autoria própria

* Por tratar-se de uma reunião cujo escopo transcende a RH-I, o local pode ser inclusive fora da bacia, a ser definido



Quadro 6.3 - Quadro das atividades de capacitação e treinamento

Fase do plano/ produtos	Atividade	Instrumento	Quantitativos	Público alvo	Agenda
Capacitação/ Treinamentos	Apresentação de conceitos teóricos e metodológicos	Programa de treinamento para o PRH	1 encontro de 4 horas	Integrantes do CBH e Convidados	8 de agosto
	Apresentação e treinamento para o uso do SIG	Programa de treinamento para o SIG	3 oficinas de 8 horas: - uma com Comitê - duas abertas	Abrir para demanda até 35 vagas por treinamento	13 a 15 de março
	Será uma ação no programa de ações - pós plano	Programa de treinamento contínuo	-	Programa a ser incluído no rol de ações	-

Fonte: Autoria própria



6.2.2. Banco de dados de contatos

O banco de dados, no contexto da mobilização social, é o levantamento sistemático de instituições, ONGs, sindicatos, corporações, entre outros, com os respectivos contatos, bem como o levantamento de pessoas civis interessadas ou potencialmente interessadas em participar do processo de elaboração do PRH-BIG. Em síntese, é a sistematização de contatos para o incentivo ao processo participativo para o PRH-BIG.

Ele será uma referência inicial e estará constantemente sendo revisto e complementado. Como é objeto da comunicação, o mesmo será incorporado ao PCS (Plano de Comunicação Social), e posteriormente integrado ao *hotsite* do CBH-BIG.

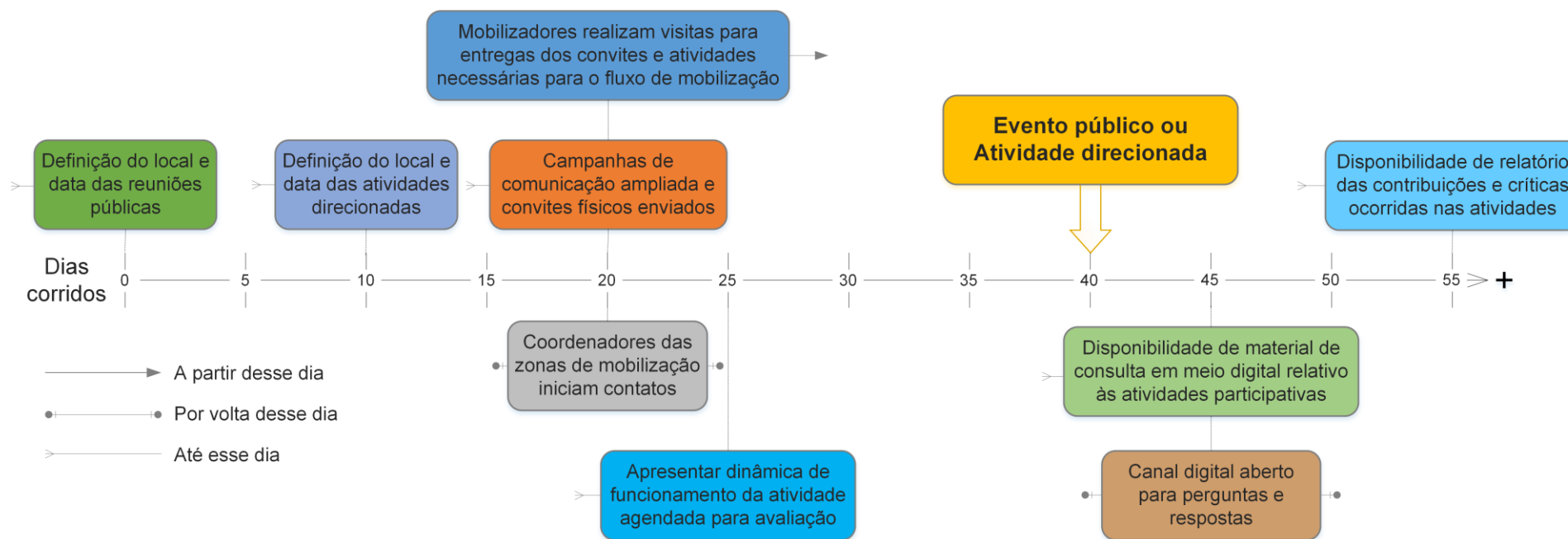


7. ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

A dinâmica para a mobilização está estruturada em três vertentes de ação: realização de contatos diretos; comunicação ampliada; e comunicação direcionada. O processo é contínuo, porém, é necessário reforçar no momento das atividades práticas de participação, com os seguintes passos.

- 1) Definição para as reuniões públicas de datas e locais em até 40 dias antes da realização das mesmas. Para as atividades direcionadas (encontros setoriais, institucional, cenários) definição dos locais e datas no máximo até 30 dias antes da realização;
- 2) Após definição dos locais e datas, mais ou menos a partir do décimo dia, os contatos do Comitê, para cada zona de mobilização, iniciam os contatos interpessoais, caso tenham disponibilidade. O instrumento principal será e-mail com texto, elementos da comunicação e convite elaborados pela contratada;
- 3) Campanha de comunicação ampliada e convites físicos, para as atividades públicas, com no mínimo 20 dias antes da realização das mesmas. O material é produzido pela contratada;
- 4) Mobilizador(es) locais realizam, nos últimos 20 dias antes da realização das atividades, públicas, visitas para entrega de convites e esclarecimentos para a realização das atividades. Realizam também, em tempo integral, os contatos e atividades necessárias para o fluxo de comunicação, trocas e organização das reuniões;
- 5) Após a definição de locais e datas das atividades, em até 15 dias antes da data marcada, apresentar dinâmica de funcionamento e pauta da atividade agendada para avaliação GTA e Câmara Técnica de Comunicação e Mobilização Social.
- 6) Disponibilidade, em canal digital, de material de consulta relativo as atividades participativas imediatamente após a realização das mesmas. Quando, definido pelas equipes de trabalho (através do roteiro de dinâmica da atividade específica), disponibilizar previamente material para orientar, facilitar a participação social;
- 7) Canal digital aberto para perguntas e respostas e, especialmente, para manifestar interesse em receber informações ou realizar contribuições;
- 8) Disponibilidade do relatório das contribuições e críticas ocorridas nas atividades realizadas no "canal digital" em até 15 dias da realização das mesmas;

As etapas estão resumidas em um fluxograma, apresentado a seguir.



Fonte: Autoria própria

Figura 7.1 - Roteiro de Atividades



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BROSE, M. Metodologia Participativa: Uma Introdução a 29 Instrumentos. Tomo Editorial, Porto Alegre, 2001.
- DEMO, P. Participação é conquista. São Paulo: Cortez, 1993.
- FUNAI. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Terras Indígenas: FUNAI. Polígonos e Pontos das terras indígenas brasileiras. Situação em agosto de 2017. 2017. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/shape>. Acesso em: agosto de 2018
- GOMES, Wilson.: Participação Política online: questões e hipóteses. In.: (Org) MAIA, R. C. M; WILSON. G e MARQUES, F. P.J. A. INTERNET e PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL. Edit. Sulina, Porto Alegre, 2011.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de 2010. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estado do Rio de Janeiro - 1:25.000: Base Cartográfica Contínua da Unidade da Federação do Rio de Janeiro na escala de 1:25 000. 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15807-estados.html?edicao=16037>>. Acesso em: 05 dez. 2017.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades. 2017. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: fevereiro de 2018
- INEA. INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. Diagnóstico do Setor Costeiro da Baía da Ilha Grande. Subsídios à Elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro. Volume I. Rio de Janeiro, RJ: Governo do Estado do Rio de Janeiro/INEA. 2015.
- INEA. INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE; DISEQ. DIRETORIA DE SEGURANÇA HÍDRICA E QUALIDADE AMBIENTAL; GETEG. GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. Modelo Digital de Terreno Hidrológicamente Consistido, com tamanho de célula de 10 m. 2015. Enviado por Inea.
- INEA. INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro - PERHI-RJ. 2014
- SEA. SECRETARIA DO ESTADO DO AMBIENTE DO RIO DE JANEIRO. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Rio de Janeiro (ZEE-RJ). 2012. Disponível em: www.zee-rj.com.br
- INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Acervo Fundiário. 2018. Disponível em: <http://acervofundiario.incra.gov.br/geodownload/geodados.php>. Acesso em agosto de 2018.



APÊNDICES



**Apêndice 1 - Relatório da Oficina de resgate do potencial mobilizador do Comitê
e pré-desenho das atividades do Programa de Mobilização Social**



Dados Gerais

Atividade: Reunião/Oficina de Trabalho

Data: 09 de janeiro de 2018

Tempo Estimado: 6 horas

Duração efetiva do evento: 7 horas e 30 minutos

Início 09h30min h Fim: 16h30min h com intervalo de almoço.

Local: CEFET/RJ Campus Angra dos Reis

Rua do Areal, 522 - Parque Mambucaba

Tel. (24) 3364-1758

Participantes: COMITÊ/GTA/Câmara Técnica de Comunicação e Mobilização Social

Moderador: Nilson Lopes

Apoio: Breno Eblen

Relato da oficina

A oficina foi realizada às 9h30 do dia 9 de janeiro de 2019 no CEFET/RJ, em Angra dos Reis, na localidade do Parque Mambucaba, com duração de aproximadamente 6 horas, onde participaram da reunião o GTA, a Câmara Técnica de Comunicação e Mobilização Social do CHB-BIG, convidados externos e a AGEVAP.

Foi utilizada uma metodologia com enfoque na participação dos membros, e a programação seguiu os tópicos a seguir:

- 1) Partilhando conceitos sobre mobilização social (60 minutos);
- 2) Resgate das experiências participativas do Comitê e de outras entidades no contexto da RH-I (60 minutos);
- 3) Definindo as macro-regiões participativas e realização do mapeamento/classificação da potencial rede de cooperação/participação (180 minutos);
- 4) Avaliação qualitativa dos meios e instrumentos de comunicação adequados aos propósitos da mbs na RH-I (60 minutos).

Na primeira atividade, “**Partilhando conceitos sobre mobilização social**”, foram trabalhados aspectos motivacionais e conceituais sobre o que é, como, porquê e para que mobilizamos. Também foram trabalhadas noções relativas à representatividade e ampliação da participação social em processos de planejamento de projetos e planos de ação. Nesse sentido, foi apontada a questão da legitimidade do Comitê e de seus membros para a tomada de decisão em relação ao Plano de Recursos Hídricos, destacando-se de um lado a importância do Comitê e de outro a ampliação participativa no processo de execução do Plano. Contudo, sem perder o foco de que o protagonismo e as responsabilidades pela tomada de decisão no, e para o Plano



são prerrogativas do Comitê.

Foram, também, trabalhadas as diferenças entre mobilização de massas e mobilização para a realização de programas, planos e projetos. Enquanto a primeira caracteriza-se muito mais pela organização política, a segunda caracteriza-se pela busca de solução de problemas pontuais, com base na produção da inteligência coletiva.

Os participantes entenderam de forma consensual que, para o processo de realização do PRH-BIG, a mobilização social é recomendada em duas linhas de foco: **(i)** priorizar as instituições e atores sociais diretamente, ou parcialmente, envolvidos com as questões hídricas e ambientais, que levam a um maior potencial para contribuir com informações e ideais para o plano e as ações futuras; e **(ii)** realizar a integração paulatina de lideranças sociais e moradores sem vínculos diretos com as questões hídricas.

A respeito do segundo foco, aponta-se que os participantes elencaram como possível motivação desse segmento a participação no processo, sendo que a principal motivação desse segmento pode ser resumida em: "queremos água em nossas casas". Foi comentado que o Plano não é a solução direta para essa questão socioeconômica. Mas é através dele que a sociedade terá informações adequadas para pautar suas reivindicações. Resumidamente, com o Plano, é possível quanta água há disponível, em que qualidade, qual a demanda e o quanto dessa é ou não é atendida. Poderão, portanto, ser respondidas perguntas como "É possível atender mais? Como?". Esses são dados, atualmente, desconhecidos.

Por fim, o grupo concluiu que o Plano, para uma possibilidade de ampliação da participação social em torno dele, deve ser mostrado/esclarecido às comunidades/sociedades, e que ele é um instrumento novo e não mais uma pesquisa que não gerará resultados.

Ao mesmo tempo, foi constatado que na RH-I existe uma lacuna de educação ambiental voltada para temática hídrica.

As atividades participativas serão realizadas de modo geral, direcionadas a todos que queiram participar. Portanto, as linhas de foco visam a uma objetividade de resultados na busca da ampliação da participação social.

Na segunda atividade, "**Resgate das experiências participativas do Comitê e de outras entidades no contexto da RH-I**", o Comitê apontou 30 experiências na Região Hidrográfica I desde 2011, com destaque para 14 ações de efetiva relevância para o Plano, no sentido de que informações de contatos, e as formas de atuação dos que organizarão os eventos poderão ser resgatados como ponto de partida.

Associadas às contribuições dessa atividade, assim como o levantamento, sobre o qual foi



realizado um breve ensaio, o grupo entendeu que a busca da formação de uma rede de cooperação por região de participação, sem fixar-se nesses limites e tendo um ator do comitê como interlocutor, aumentam as possibilidades de ampliação da participação social no processo de realização do Plano. O interlocutor de dentro do processo facilita a comunicação interpessoal, aumentando a legitimidade do diálogo.

Foram, ainda, identificadas ações realizadas no contexto da RH-I e a possibilidade de os participantes das mesmas serem resgatadas para dar continuidade à formulação, agora, do Plano de Recursos Hídricos. Foi mencionado que os participantes se responsabilizariam por entregar as listas de contatos dos participantes para a tentativa de resgata-los para o processo de participação no PRH-BIG. Esse será um ponto de partida, e o resgate continuará fazendo parte do processo de mobilização social.

Na terceira atividade, **“Definindo as macrorregiões participativas e realização do mapeamento/classificação da potencial rede de cooperação/participação”**, o moderador apresentou um mapa com as 7 macrorregiões a serem mobilizadas: Península de Paraty, Paraty, Mambucaba, Bracuí/Frade, Angra dos Reis, Monsuaba/Conceição de Jacareí e Ilha Grande. O grupo debateu e, ao fim, aceitou a divisão proposta e redefiniu a distribuição de eventos de mobilização apresentados na forma de agenda.

Em continuidade a esta atividade, cada participante da oficina ficou de indicar em qual(is) macrorregião(ões) poderiam ser um interlocutor, além de preparar a listagem, por macrorregião de participação, das principais entidades passíveis de atuarem na rede de mobilização como coordenadores, divulgadores ou participantes.

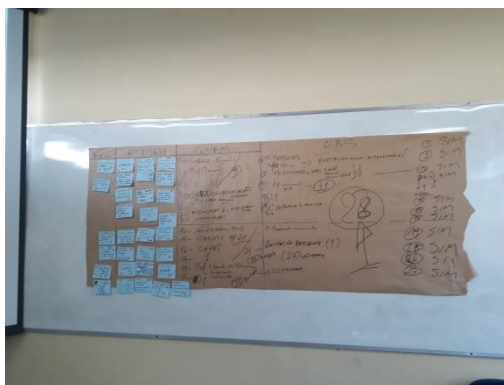
Essas divisões e atividades, como foram trabalhadas na oficina, não deverão desconstruir a unidade região/bacia hidrográfica. São apenas unidades de trabalho e norte para mobilização.

Na quarta atividade, **“Avaliação qualitativa dos meios e instrumentos de comunicação adequados aos propósitos da mbs na RH-I”**, foi apresentada a listagem elaborada pela equipe de comunicação da Profill, contendo os principais veículos de comunicação da região, aprovados pelo grupo.

Foi solicitada a contribuição dos participantes quanto à avaliação da abrangência, em termos de leitura das comunicações, audição das reportagens, entre outros, por macrorregião de participação dos meios de comunicação pré-listados, assim como complementação da listagem.



Fotos



Fotos do evento



Lista de presença

Lista de presença

Nome	Instituição	Cargo	E-mail	Telefone	Município	Comitê
Samuel Muylaert	INEA	Eng. Ambiental	samuelmuylaert.inea@gmail.com	(21) 23349598	Rio de Janeiro	Não
Angelica Lino Pacheco	CEFET/RJ - Angra dos Reis	Aux. em administração	angelicalino@ymail.com	(24) 999405322	Angra dos Reis	Não
Gustavo Machado	Fiocruz	Coordenador Saneamento Ecológico	gustavoxmartins@gmail.com	(21) 981076253	Paraty	Sim
Alba Valéria dos Reis	Prefeitura de Angra	Secretaria Executiva/Secretaria de Meio Ambiente	albareis1@yahoo.com.br	(24) 999524241	Angra dos Reis	Sim - CBH-BIG
Karin Braune	Transpetro	Analista Ambiental	karin.braune.hope@petrobras.com.br	(24) 33665308	Angra dos Reis	Não - GTA
Breno Eblen	BegePorVerde	Gestor Ambiental	brenoeblen@gmail.com	(24) 999732208	Petrópolis	Não
Erika Melo	BegePorVerde	Eng. Florestal	kkfloresta@hotmail.com	(24) 992800245	Petrópolis	Não
Everaldo Nunes	Prefeitura de Paraty	Geólogo	everaldosectur@gmail.com	(24) 992961314	Paraty	Sim. Titular - GTA
Fernanda Rodrigues	CEFET/RJ - Angra dos Reis	Assistente em Administração	fernanda.rodrigues@cefet-rj.br	(24) 993895632	Angra dos Reis	Sim. Titular
Fernando Lardosa	APA Tamoios INEA	-	lardosa.supbig.inea@gmail.com	(21) 998285878	Angra dos Reis	Sim - Suplente
Luis Paulo Silva	Prefeitura de Paraty	-	paulinhotarituba@hotmail.com	(24) 999693029	Paraty	Sim - Diretor
Raphael de Souza	SAAE-Angra dos Reis	Coordenador Técnico Esgoto	operacao@saaeangra.com.br	(31) 987918400	Angra dos Reis	Suplente
Kleiton Gomes	AGEVAP	Especialista Administrativo	kleiton.gomes@agevap.org.br	(21) 996866392	Resende	Agência delegada
Paulo Leal	IEAR/UFF	Professor	pjvleal@id.uff.br	(24) 999577430	Angra dos Reis	Sim - Titular
Cesar Bassi Costa	Eletronuclear	Engenheiro	cesar.bassicosta@gmail.com		Angra dos Reis/Paraty	Sim - Titular